

## Nota Histórica

### A visita da Família Real ao Tribunal da Relação de Ouro Preto \*

Mais de cem anos se passaram, desde a instalação do Tribunal da Relação de Ouro Preto, e ainda hoje a Memória do Judiciário se engrandece ao resgatar fatos relevantes à nossa instituição.

Os livros de Atas Manuscritas do Tribunal da Relação, pertencentes ao acervo da Memória, merecem uma atenção especial nesta breve nota histórica. Através da sua leitura, descobrimos uma evolução dos procedimentos, das audiências, da atuação dos desembargadores da Relação, da descrição dos fatos e acontecimentos de grande valor à época.

Ao percorrermos as páginas de um dos livros, que ao total somam sete, encontramos, com muita satisfação, inserido à história da nossa instituição, o relato da visita da Família Imperial ao Tribunal da Relação de Ouro Preto.

No livro de Atas<sup>1</sup> referente ao período de 1888 a 1890, logo abaixo da data - Ouro Preto, 24 de julho de 1889, encontramos as seguintes assinaturas: D. Pedro II, Thereza Christina Maria (Imperatriz, 3ª do Brasil), Isabel Condessa d'Eu (Princesa Imperial), D. Pedro Augusto (filho da Princesa D. Leopoldina), [...] Barão de Ibituruna, Barão de Muritiba, Tito de Mattos.

Já nos tempos do nosso saudoso Desembargador Walter Veado, várias questões haviam sido levantadas. Certa feita, o então Superintendente encaminhou o assunto para a apreciação do Museu Imperial de Petrópolis, em busca de provas documentais que sustentassem a autenticidade das mencionadas assinaturas e comprovassem a viagem da Família Imperial a Ouro Preto.<sup>2</sup>

Em resposta, o Arquivo Histórico do Museu Imperial enviou correspondência ao Desembargador, ratificando a veracidade das assinaturas e também a confirmação da visita ao Tribunal da Relação de Ouro Preto. Fato curioso e de grande valor histórico, merece ser conhecido, através da transcrição do documento da época:

- Não mencionaremos, por brevidade, outras viagens menores que o imperador e a imperatriz fizeram às províncias vizinhas do Rio de Janeiro, por motivos de inaugurações de obras públicas, como estradas de ferro e de rodagem, telégrafos, etc. A última excursão desse gênero (e por isso merece se assignale) foi à província de Minas Geraes, em julho de 1889; nella acompanhava o imperador o visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho de Ministros.<sup>3</sup>

---

\* Texto de autoria de Andréa Vanêssa da Costa Val, Assessora, sob a supervisão do Desembargador Hélio Costa, Superintendente da Memória do Judiciário Mineiro.

<sup>1</sup> Livro de Ata do Tribunal da Relação de Ouro Preto.1888-1890.folha 136. Arquivos da Memória do Judiciário Mineiro. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG.

<sup>2</sup> Ofício nº. 037/2000 - MEJUD, de 24 de outubro de 2000. Arquivo da Memória do Judiciário Mineiro. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG.

<sup>3</sup> O Museu Imperial encaminhou ao Desembargador Walter Veado, através do ofício s/n, de 20 de novembro de 2000, parte de um artigo, *Viagens de D. Pedro II*, de Rodolfo Garcia, publicado na Revista do IHGB, tomo 98, volume 152, p.115-125, que confirma a viagem da Família Imperial a Ouro Preto. Arquivo Histórico do Museu Imperial. Petrópolis, RJ.

- Rio 29 de Julho de 1889. Snr. Maya Monteiro. Vi o seo perfil na multidão da chegada. Soube que a condessa estava doente. Peço-lhe que dê lembranças minhas e votos pelo seo restabelecimento. Amanhã estarei em casa das 11h até as 4. O amigo. D. P<sup>o</sup>.<sup>4</sup>

Através da leitura da descrição do 2º parágrafo, de 29 de julho de 1889, confirma-se o retorno de D. Pedro Augusto de uma viagem, provavelmente à cidade de Ouro Preto, pois, cinco dias antes do referido dia, deixou registrada a sua assinatura no livro de Atas Manuscritas do Tribunal da Relação. Sobre a veracidade das assinaturas presentes no documento, o Arquivo Imperial responde:

Tanto a letra da data como a assinatura são de D. Pedro II.<sup>5</sup>

Trata-se certamente do 2º Barão de Muritiba (neste ano 1889 seu pai já era marquês), desembargador aposentado da Relação da Corte e foi o último procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional. Foi do Conselho do imperador e vereador da imperatriz.<sup>6</sup>

O barão de Ibituruna era o presidente da província de Minas Gerais, tendo tomado posse a 18/06/1889.<sup>7</sup>

Trata-se de desembargador do Tribunal da Relação da Corte, Tito Augusto Pereira de Mattos.<sup>8</sup>

A Memória do Judiciário, portanto, como órgão de documentação, pesquisa e divulgação de relevantes eventos históricos, sente-se muito honrada em poder dividir com a comunidade judiciária o resultado de mais uma valiosa investigação, que ganha dimensão ainda maior se considerado o momento de grande efervescência política pelo qual passava o Brasil naquele ano de 1889, com a consolidação acelerada do movimento republicano.

-:-:-

---

<sup>4</sup> Carta de D. Pedro Augusto ao Sr. Maya Monteiro, com data posterior à assinatura no citado livro de atas. Arquivo Grão-Pará, de propriedade de D. Pedro de Orleans e Bragança. Arquivo Histórico do Museu Imperial. Petrópolis, RJ.

<sup>5</sup> Correspondência encaminhada pelo Arquivo Histórico do Museu Imperial. Ofício s/n, de 20 de novembro de 2000. Petrópolis, RJ.

<sup>6</sup> *Idem* nota 5.

<sup>7</sup> *Idem* nota 5.

<sup>8</sup> *Idem* nota 5.